



República Federativa do Brasil • Estado da Paraíba • Poder Judiciário

Diário da Justiça Eletrônico

Nº 16.283

João Pessoa-PB • Disponibilização: sexta-feira, 10 de setembro de 2021
Publicação: segunda-feira, 13 de setembro de 2021 – (Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, art. 4)

ANO XLVIII



ATOS DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GAPRES Nº 1123, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 2021102933, RESOLVE: Designar o servidor, ÍCARO FRANCISCO SOUZA XAVIER, Técnico Judiciário, matrícula 477.953-3, lotada no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Areia, para exercer a Função de Confiança de Chefe de Central de Mandados e de Distribuição nível I da referida Comarca, com efeito retroativo ao dia 10.08.2021. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides - PRESIDENTE

PORTARIA GAPRES Nº 1124, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 2021102933, RESOLVE: Dispensar a servidora, VANESSA FELIX DE ALMEIDA, Técnico Judiciário, matrícula 475.271-6, lotada no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Areia, da função de Chefe da Central de Mandados e de Distribuição nível I da referida Comarca, com efeito retroativo ao dia 10.08.2021 e nos moldes do art.33, I, da LCE nº 58/2003. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides - PRESIDENTE

PORTARIA GAPRE Nº 1.234, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 2021099768, RESOLVE: Dispensar a servidora Maria Lindinalva Mota Lima, Técnica Judiciária, Matrícula: 4706145, lotada no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Campina Grande, da função de confiança de Chefe de Cartório, da 3ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, com efeitos retroativos ao dia 02/08/2021. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.235, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 2021099768, RESOLVE: Designar o servidor Alberto Cezar Farias Doso, Técnico Judiciário, Matrícula: 4703596, lotado no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Campina Grande, para exercer a função de confiança de Chefe de Cartório, da 3ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, com efeitos retroativos ao dia 02/08/2021. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.231, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 2021111303, RESOLVE: Exonerar a servidora Giana Paiva Serafim Esteves, Analista Judiciária, Matrícula: 4726065, lotada no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Cabedelo, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Juízo de 1º Grau da 1ª Vara Mista. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.232, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 2021111303, RESOLVE: Exonerar o servidor Delane Silva da Matta Bonfim, Matrícula: 4781406, do cargo em

comissão de Assessor de Gabinete do Juízo de 1º Grau, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra à Mulher da Comarca de Campina Grande. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.233, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo nº 2021111303, RESOLVE: Nomear o servidor Delane Silva da Matta Bonfim, Matrícula: 4781406, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Juízo de 1º Grau, da 1ª Vara Mista da Comarca de Cabedelo. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em João Pessoa, 01 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides Presidente

PORTARIA GAPRES Nº 1238, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 2021111418, RESOLVE: Exonerar Beatriz Elaine de Farias Soares, Analista Judiciário, serventuário do banco de recursos humanos da comarca da capital, matrícula 4772717, do cargo de Assessor de Gabinete do Juízo de Primeiro Grau que vinha exercendo junto a 10ª Vara cível da Comarca de João Pessoa, sendo designada para permanecer exercendo as atribuições de seu cargo perante a referida Vara. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 02 de Setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides - PRESIDENTE.

PORTARIA GAPRES Nº 1.246, DE 06 DE SETEMBRO DE 2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2017141470, RESOLVE: Manter o servidor TONY HERMINIO LEMOS, Técnico Judiciário, matrícula 478133-3, lotado no Banco de Recursos Humanos da Comarca de Umbuzeiro, removido de forma precária para a Comarca da Capital, pelo prazo de 01 (um) ano, devendo, ao final deste prazo, a sua genitora ser submetida a reavaliação médica, a fim de verificar a necessidade da manutenção da remoção. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 06 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides - PRESIDENTE

PORTARIA GAPRES Nº 1.251, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 2021112644, RESOLVE: Designar o servidor ARTEMIO FREDERICO VITAL JUSTINIANO, matrícula 476710-1, ora exercendo o cargo comissionado de Assessor de Gabinete do Juízo do 1º Grau da 7ª Vara Mista da Comarca de Patos, para exercer suas atividades, conjuntamente, no 2º Juizado Especial Misto, durante o período de 06/09/2021 a 05/10/2021. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 08 de setembro de 2021. Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides - PRESIDENTE

PORTARIA GAPRE Nº 1.259/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 2021.2021.086.937; RESOLVE: Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria GAPRE nº 1.245/2021, datada de 03.09.2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado, em 06.09.2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES - Presidente.

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

MESA DIRETORA

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
(Presidente)
Des. Maria das Graças Morais Guedes
(Vice-Presidente)
Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
(Corregedor-Geral de Justiça)

Des. José Aurélio da Cruz
(Ouvidor)
Des. João Benedito da Silva
(Ouvidor Substituto)

CONSELHO DA MAGISTRATURA

SESSÕES: 2ª Sexta-feira, às 09:00h

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
(Presidente)
Des. Maria das Graças Morais Guedes
Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

MEMBROS EFETIVOS

Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Des. João Benedito da Silva
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

SUPLENTE

Des. Carlos Martins Beltrão Filho
(1º suplente)
Des. Arnóbio Alves Teodósio
(2º suplente)
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
(3º suplente)

Órgãos Julgadores

PRIMEIRA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES QUINZENAIS:
Quarta-feira, às 08:30h

Des. José Ricardo Porto (Presidente)
Des. Leandro dos Santos
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Desª Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior
Des. José Aurélio da Cruz

SEGUNDA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES QUINZENAIS:
Quarta-feira, às 09:00h

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos
Des. João Alves da Silva
Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira (Presidente)
Desª Maria das Graças Morais Guedes
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Terça-feira e Quinta-feira, às 08:30h

Des. José Ricardo Porto
Des. Leandro dos Santos (Presidente)
Desª. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

SEGUNDA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Segunda-feira e Terça-feira, às 09:00h

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Des. Luiz Sílvio Ramalho Júnior (Presidente)
Des. José Aurélio da Cruz

TERCEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Terça-feira e Quinta-feira, às 08:30h

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos
Desª Maria das Graças Morais Guedes
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente)

QUARTA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

SESSÕES: Segunda-feira e Quinta-feira, às 08:30h

Des. João Alves da Silva
Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
(Presidente)

CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

SESSÕES: Terça-feira e Quinta-Feira, a partir das 09:00h

Des. João Benedito da Silva (Presidente)
Des. Carlos Martins Beltrão Filho
Des. Arnóbio Alves Teodósio
Des. Ricardo Vital de Almeida
Des. Joás de Brito Pereira Filho

TRIBUNAL PLENO

SESSÕES QUINZENAIS:
Quartas-feiras das 08:30h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h



PORTARIA GAPRE Nº 1.260/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo no nº 2021.117.568, resolve: Convocar, *Ad Referendum do Egrégio Tribunal Pleno*, pelo critério de Merecimento, o Excelentíssimo Senhor Doutor Eslú Eloy Filho, Juiz de Direito Titular da Vara Militar da Comarca da Capital, para integrar o Egrégio Tribunal Pleno e a Câmara Especializada Criminal, no período de **07 de setembro a 07 de outubro de 2021**, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva, considerando o afastamento para tratamento de saúde, na forma do inciso I, do art. 127 (Loje). Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador **SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES** - Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.261/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais; Considerando o afastamento da Excelentíssima Senhora **ANA AMÉLIA ANDRADE ALECRIM CÂMARA**, Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, que se encontra em gozo de férias, conforme deferimento do Processo Administrativo Eletrônico nº 2021.112.335; RESOLVE: Art. 1º Designar, o Excelentíssimo Senhor **ONALDO ROCHA DE QUEIROGA**, Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Comarca da Capital, para no período de 15 a 23.09.2021, responder, cumulativamente, pelo expediente da 6ª Vara Cível da mesma unidade judiciária. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador **SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES** - Presidente

PORTARIA GAPRE nº 1.262/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 2021.117.568; RESOLVE: Art. 1º Designar, o Excelentíssimo Senho **GERALDO EMÍLIO PORTO**, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital, para, no período de 13.09 a 07.10.2021, responder, cumulativamente, pelo expediente da Vara Militar da mesma unidade judiciária. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador **SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES** - Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.263/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais; Considerando o afastamento do Excelentíssimo Senhor **ANDRÉ RICARDO DE CARVALHO COSTA**, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Misto da 1ª Circunscrição, com exercício no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital, que entrará em gozo de férias; RESOLVE: Art. 1º Designar, o Excelentíssimo Senhor **JOSÉ MÁRCIO ROCHA GALDINO**, Juiz de Direito do Juizado Auxiliar Misto da 1ª Circunscrição, para no período de 15 a 29.09.2021, responder, cumulativamente, pelo Acervo B do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador **SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES** - Presidente

PORTARIA GAPRE Nº 1.264/2021 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE: Art. 1º Designar, os Excelentíssimos Senhores **MICHEL RODRIGUES DE AMORIM** e **LUCIANA RODRIGUES DE LIMA**, Juízes de Direito da 2ª e 3ª Varas da Comarca de Itabaiana, para, no período de 13.09 a 12.10.2021, ou até que seja provida a vaga, responderem, conjunta e cumulativamente, pelo expediente da 1ª Vara Mista da mesma unidade judiciária, dispensando a Excelentíssima Senhora **ASCIONE ALENCAR LINHARES**, magistrada, anteriormente designada. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Desembargador **SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES** - Presidente

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 034/2018 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 368.521-7 PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA E ANGÉLICA RAMOS LIRA. OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12(doze) meses, a partir de 11.09.2021 a 11.09.2022. INSTRUMENTO: Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato nº 034/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 05.901; Função – 02; Subfunção – 122; Programa – 5046; Projeto/Atividade – 4887 – Locação de Imóvel – 2º Grau; Natureza da Despesa – 33.90.3600 – Outros Serviços de Pessoa Física; Fonte de Recurso – 27000. Reservas Orçamentárias nº(s) 091/2021; 094/2021; 226/2021 e 589/2021. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.245/1991 c/c art. 62, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula terceira do Contrato nº 034/2018. João Pessoa, 10 de setembro de 2021. DESEMBARGADOR SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

EXTRATO EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 053/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019094162 - PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA E SITECNET INFORMATICA LTDA -ME INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato supraidentificado. OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência, previsto na Cláusula Quinta do Contrato, a partir de 27/09/2021 até 27/09/2023. FUNDAMENTAÇÃO: Lei n. 8.666/1993, cláusula contratual e acordo entre as partes. João Pessoa – PB, 10 de setembro de 2021 DESEMBARGADOR SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, DEFERIU no seguinte processo: 2021112335 FÉRIAS - TRANSFERÊNCIA OU ACUMULAÇÃO - MAGISTRADO Ana Amelia Andrade Alecrim Camara e outros(1); 2021116455 FÉRIAS -

TRANSFERÊNCIA OU ACUMULAÇÃO - MAGISTRADO Joscildei Ferreira de Lira e outros(1); 2021116447 FOLGA DE PLANTÃO - Francilene Lucena Melo Jordao e outros; 2021115420 FÉRIAS - TRANSFERÊNCIA OU ACUMULAÇÃO - MAGISTRADO - Vandemberg de Freitas Rocha e outros(1); 2021102304 PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Cely Raquel Teodosio Rocha Carvalho e outros(1); 2021112966: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Marcos Ferreira Bastos e outros(1); 2021095568 AFASTAMENTO Virginia de Lima Fernandes Moniz e outros(1)

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, EXAROU A SEGUINTE DECISÃO no seguinte processo: 2021.086.937 PARTE: Graziela Queiroga Gadelha de Sousa ASSUNTO: Celebração de casamento Vistos, etc. Nos termos do parecer do Juiz Auxiliar da Presidência, determino a REVOGAÇÃO da Portaria GAPRE nº 1.245/2021, fl. 34, em virtude de adiamento do casamento para o dia 17/09/2021. Publique-se com a consequente revogação da Portaria de designação.; PROCESSO nº 2021109648 Assunto: EDITAL DE VACÂNCIA - SERVIDOR - MD nº 81520213872221 - Ofício nº 398 2021 - COMARCA DE JACARAÚ - Solicitação de Servidor Parte: Eduardo Roberto de Oliveira Barros Filho e outros(1)Vistos.Em consonância com o parecer retro, do Juiz Auxiliar da Presidência, sugerindo publicação de edital de remoção para preenchimento 01 (um) cargo de Técnico Judiciário daComarca de Jacaraú, bem como as informações da Gerência de Desenvolvimento, Controle e Acompanhamento e da Gerência de Pesquisas Estatísticas, autorizo a abertura de Edital de Remoção.Publique-se.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, DETERMINOU O ARQUIVAMENTO no seguinte processo:2021026515: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - Jose Herbert Luna Lisboa e outros(1)

ATOS DA GERÊNCIA DE PRIMEIRO GRAU				
COMUNICADO - O Gerente de Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tendo em vista o Art. 3º do Ato da Presidência nº 009 de 05 de fevereiro de 2019, comunica aos Senhores Advogados, Partes e Pessoas interessadas à escala do Plantão Judiciário do Primeiro Grau, nos dias e nos Grupos abaixo:				
GRUPO – 1 - JOÃO PESSOA, BAYEUX, CABEDELLO, SANTA RITA, ALHANDRA, CAAPORÁ, CONDE, ITABAIANA E PEDRAS DE FOGO. SETEMBRO/2021				
	PLANTÃO CIVEL	PLANTÃO CRIMINAL		
Dias	Comarca/Vara	Fone do Chefe de Cartório	Comarca/Vara	Fone do Chefe de Cartório
15 e 16.09	2ª VARA CIVEL DA CAPITAL	99143-4800	1ª TURMA RECURSAL DA CAPITAL - JUIZ 02	99142-9084
GRUPO – 2 - CAMPINA GRANDE, ALAGOA NOVA, BOQUEIRÃO, CUITÉ, ESPERANÇA, INGÁ, QUEIMADAS, UMBUZEIRO, JUAZEIRINHO, MONTEIRO, POCINHOS, PICUI, SERRA BRANCA, REMÍGIO, SOLEDADE e SUMÉ. SETEMBRO/2021				
	PLANTÃO CIVEL	PLANTÃO CRIMINAL		
Dias	Comarca/Vara	Fone do Chefe de Cartório	Comarca/Vara	Fone do Chefe de Cartório
15 e 16.09	4ª VARA CIVEL DE CAMPINA GRANDE	99144-0479	SERRA BRANCA	99144-6919
GRUPO – 3 - GUARABIRA, ALAGOA GRANDE, AREIA, ALAGOINHA, ARARUNA, BANANEIRAS, BELÉM, GURINHÉM, JACARAÚ, MAMANGUAPE, SAPÉ, RIO TINTO e SOLÂNEA. SETEMBRO/2021				
	Comarca/Vara			Fone do Chefe de Cartório
15 e 16.09	2ª VARA MISTA DE SAPÉ			99145-1507
GRUPO – 4 - PATOS, ÁGUA BRANCA, COREMAS, ITAPORANGA, PIANCÓ, POMBAL, PRINCESA ISABEL, SANTA LUZIA, TAPEROÁ e TEIXEIRA. SETEMBRO/2021				
	Comarca/Vara			Fone do Chefe de Cartório
15 e 16.09	3ª VARA MISTA DE ITAPORANGA			99143-7662
GRUPO – 5 - SOUSA, CAJAZEIRAS, CATOLÉ DO ROCHA, CONCEIÇÃO, SÃO BENTO, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS, SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE. SETEMBRO/2021				
	Comarca/Vara			Fone do Chefe de Cartório
15 e 16.09	6ª VARA MISTA DE SOUSA			99143-0352
Gabinete do Gerente de Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. AURÉLIO OSÓRIO AQUINO DE GUSMÃO - Gerente de Primeiro Grau.				



ATOS DA DIRETORIA ESPECIAL

COMUNICADO - O Diretor Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tendo em vista o disposto no art. 12, II, da Lei 9.316, de 29 de dezembro de 2010 e no art. 4º, § 6º e art. 8º da Resolução nº 24, de 29 de junho de 2011, com a redação dada pela Resolução nº 73 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, de 10 de setembro de 2012, conforme o Art. 1º do Ato da Presidência nº 03 de 03 de fevereiro de 2021, comunica aos Senhores Advogados, Partes e Pessoas interessadas, que o Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do dia 14 de setembro de 2021, será exercido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador e servidores abaixo nominados:

DIA	DESEMBARGADOR			
14/09	ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA			
	SERVIDORES			
	SETOR DE PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO 3216-1475/1674	GERÊNCIA JUDICIÁRIA 3216-1536/1659/1660	DIRETORIA JURÍDICA 3216-1657/1642	GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL (MOTORISTA) 3208-6036
14/09	Geraldo Leite de Azevedo Júnior	Poliana Leite da S. Brilhante e Adriano Alves Lopes	Juliana Meira Brasil Cavalcanti e Helena Neiva Monteiro Saraiva	

Gabinete do Diretor Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. **ROBSON DE LIMA CANANÉA** - Diretor Especial em Exercício.

ENDEREÇO DE PLANTÃO

Praça João Pessoa s/n, CEP 58013-902 – João Pessoa (PB)

TELEFONES

TJ - 3216-1400; Portaria do TJ - 3216-1515; Gerência Judiciária – 3216-1536; Setor de Protocolo e Distribuição – 3216-1475; Diretoria Jurídica – 3216-1657



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente: Walquíria Maria da Silva

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Editor e Supervisor: Martinho José Pereira Sampaio

Endereço: ANEXO ADMINISTRATIVO “DESEMBARGADOR ARCHIMEDES SOUTO MAIOR”

Praça Venâncio Neiva, s/n, 7º andar Centro - CEP 58011-020 • João Pessoa / PB

Contato: (83) 99145-1002 (whatsapp) • (83) 3216-1629 (Supervisão) (83) 3216-1818 e (83) 3216-1420 (Apoio)

site: www.tjpb.jus.br • e-mail: martinho@tjpb.jus.br



O Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, DEFERIU no seguinte processo: 2021117568 JOÃO BENEDITO DA SILVA e outros(1)



ATOS DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA DIGEP Nº 188 - O Diretor de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições delegadas pelo Ato da Presidência nº 005/2011, resolve conceder aos servidores abaixo. **MATRÍCULA / SERVIDOR / INÍCIO / FIM / PERÍODO AQUISITIVO / MARCAÇÃO DE FÉRIAS:** 4706609 - Maria do Socorro Fernandes da Costa – 13/09/2021 – 12/10/2021 – 2018/2019; 4767713 - Kaline Roberta dos Santos Narcizo – 05/10/2021 – 17/01/2022 – 15/10/2021 – 04/02/2022 – 2018/2019; 4767870 - Flavia Ribeiro Mafra – 01/10/2021 – 30/10/2021 – 2019/2020. Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de Setembro de 2021. **Einstein Roosevelt Leite** - Diretor de Gestão de Pessoas.



JULGADOS DA QUARTA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

APELAÇÃO Nº 0002474-40.2014.815.0751. ORIGEM: GAB. DO DES. RELATOR. RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. APELANTE: Estado da Paraíba, rep.p/sua Procuradora. ADVOGADO: Alessandra Ferreira Aragão Gurgel. APELADO: Fiação Brasileira de Sisal S/a. ADVOGADO: Rinaldo Mouzalas de Souza E Silva. EMENTA: REANÁLISE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS APELAÇÕES. ACLARATÓRIOS OPOSTOS PELO ENTE ESTATAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É PARTE. VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. BASE CÁLCULO. ART. 85, §§3º E 8º. VERBA A SER FIXADA EM PERCENTUAL. ACOLHIMENTO COM EFEITOS INFRINGENTES. 1. O Código de Processo Civil, em seu art. 85, regulamenta a forma de fixação dos honorários de sucumbência, dispondo que a aferição da verba honorária deverá considerar, como base de cálculo, o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, o valor atualizado da causa, inclusive nas decisões em que o pedido for julgado improcedente ou o processo for extinto sem resolução do mérito. 2. Especificamente nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará, a depender a quantos salários mínimos equivalem o valor da base de cálculo utilizada, os percentuais elencados nos incisos do §3º, do citado artigo, respeitando a regra disposta no §5º, que prevê que a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa percentual inicial e, naquilo que a exceder, a faixa percentual subsequente, e assim sucessivamente. 3. Interpretando-se, a contrario sensu, o enunciado do §8º, do art. 85, do CPC, conclui-se que, não havida nenhuma das hipóteses nele elencadas, deve ser adotada a regra geral disposta no §2º do mesmo dispositivo, em que está previsto que a verba honorária deve ser fixada em percentual. VISTO, relatado e discutido os presentes autos. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, reanalisando o Acórdão de f. 197/204, em conhecer dos Embargos de Declaração, dando-lhes provimento com efeitos infringentes.

APELAÇÃO Nº 0025203-98.2011.815.2001. ORIGEM: GAB. DO DES. RELATOR. RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. APELANTE: Ana Maria Vicente de Melo. ADVOGADO: Juliana Erika Pessoa de Araujo. APELADO: Município de Joao Pessoa, Rep.p/seu Procurador. ADVOGADO: Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega. EMENTA: REANÁLISE DA APELAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.030. II, DO CPC. CONTROVÉRSIA ACERCA DA EXTENSÃO DOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS CONTRATADOS PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL DO SETOR PÚBLICO. RE 1066677/MG. RECURSO REPETITIVO. CONTRATAÇÃO CELEBRADA EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE VALIDADE ADOTADOS PELO STF NO RE 658.026. CONFIGURADO O DESVIRTUAMENTO DA CONTRATAÇÃO. SUCESSIVAS E REITERADAS RENOVAÇÕES E/OU PRORROGAÇÕES TÁCITAS. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO REANALISADO E O PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA. MANUTENÇÃO DO PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO. 1. O STF, no julgamento do RE 658.026, também em sede de repercussão geral, decidiu que,

para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que os casos excepcionais estejam previstos em lei, o prazo de contratação seja predeterminado, a necessidade seja temporária, o interesse público seja excepcional e a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração. 2. Aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público não são extensíveis os direitos dos servidores públicos efetivos, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações. Tese fixada em Repercussão Geral pelo STF, no julgamento do RE 1066677/MG. VISTOS, relatados e discutidos os autos. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, reanalisando o Acórdão de f. 148/160, em manter o parcial provimento da Apelação.



JULGADOS DA CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

Des. Arnobio Alves Teodosio

APELAÇÃO Nº 0000584-91.2015.815.0311. RELATOR: Des. Arnobio Alves Teodosio. APELANTE: 1º Ivanildo Pereira Cavalcante - Roberto Sávio de Carvalho Soares (defensor) E 2º Régis Wagner Alves de Lima. ADVOGADO: 2º Claudius Augusto Lyra Ferreira Cajú E Alberto Domingos Grisi Filho. APELADO: Justiça Pública. PROCESSUAL PENAL. PRELIMINAR. Pedido de nulidade parcial da sentença pelo réu Ivanildo Pereira Cavalcante. Violação ao princípio da individualização da pena. Rejeição. - Não há ofensa ao princípio da individualização da pena quando o magistrado, considerando idênticas as circunstâncias de múltiplos crimes, realiza a análise conjunta das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP. APELAÇÕES CRIMINAIS. ROUBOS QUALIFICADOS, DANO AO PATRIMÔNIO ALHEIO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. Condenação. Assalto a bancos. Insuficiência de provas. Inocorrência. Autoria e materialidade evidenciadas. Conjunto probatório harmônico. Insurgência quanto à reprimenda. Redução da pena ao mínimo legal. Impossibilidade. Sanção fixada acima do mínimo legal diante da presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. Possibilidade. Redução da fração de incidência das majorantes. Impossibilidade. Desprovimento do apelo. - A ação delituosa narrada na denúncia encontra respaldo em farto acervo probatório coligido na fase investigatória e durante a instrução processual, restando devidamente comprovada a materialidade e autoria, notadamente pelo Relatório de Inteligência confeccionado pela diligente autoridade policial do Pará e depoimentos testemunhais bastantes a apontar os oras recorrentes como autores dos delitos, não havendo que se falar em ausência de provas a sustentar a condenação. - Para a configuração da associação criminosa prevista no art. 288 do Digesto Penal, necessária a comprovação do elo perene e estruturado entre três ou mais agentes para a prática de crimes, o que se verificou na espécie, visto que os apelantes e demais corréus se reuniram, da forma previamente ajustada, em quadrilha interestadual, com funções predefinidas e organizadas, para o cometimento contínuo de roubos a bancos, com comprovada durabilidade, permanência e habitualidade. - A dosimetria foi corretamente realizada na sentença, sendo as circunstâncias judiciais devidamente ponderadas e obedecido o sistema trifásico, não se vislumbrando, in casu, qualquer erro ou exasperação injustificada a serem reparados nesta instância revisora. - A escolha da fração referente à exasperação da reprimenda pela presença das causas de aumento foi de acordo com elementos concretos dos autos, conforme preceitua a súmula 443 do STJ Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados. ACORDA a Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em harmonia parcial com o parecer ministerial, em REJEITAR A PRELIMINAR, E NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AOS APELOS.



PAUTA DE JULGAMENTO DA PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

**30ª SESSÃO ORDINÁRIA - VIDEOCONFERÊNCIA
DIA 21 DE SETEMBRO DE 2021 - A TER INÍCIO ÀS 08:30 HORAS**

Senhores advogados-procuradores-defensores e demais habilitados nos autos-que pretendam fazer uso da palavra para sustentação oral e esclarecimentos de questões de fato-submetidos às condições e exigências elencadas no inciso I do art. 177-B do Regimento Interno do TJPB-destacando a necessidade de inscrição



ATOS DA DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

PORTARIA DIGEP Nº 188 - O Diretor de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições delegadas pelo Ato da Presidência nº 005/2011, resolve conceder aos servidores abaixo.

MATRÍCULA	SERVIDOR	INÍCIO	FIM	PERÍODO AQUISITIVO
MARCAÇÃO DE FÉRIAS				
4706609	Maria do Socorro Fernandes da Costa	13/09/2021	12/10/2021	2018/2019
4767713	Kaline Roberta dos Santos Narcizo	05/10/2021	15/10/2021	2018/2019
4767870	Flavia Ribeiro Mafra	01/10/2021	30/10/2021	2019/2020

Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de Setembro de 2021. **Einstein Roosevelt Leite** - Diretor de Gestão de Pessoas



ATOS DA DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

A Diretora de Economia e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba faz publicar abaixo, em estrito cumprimento ao disposto na Resolução nº 34, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, de 18 de novembro de 2009, c/c o art. 3º, III, da Resolução nº 73, do Conselho Nacional de Justiça, de 28 de abril de 2009, a relação das diárias concedidas a servidores e magistrados, integrantes do Tribunal, cuja competência para apreciar e decidir é da Diretoria Especial, segundo o estabelecido no art. 1º, II, do Ato da Presidência nº 03, de 04 de fevereiro de 2021:

Diárias concedidas

NOME/INTERESSADO	Nº DIÁRIAS	CARGO/FUNÇÃO	LOCALIDADES	DATAS	JUSTIFICATIVA
Atáides Cassimiro da Silva	3349	Supervisor	Jacaraú, Mamanguape e Rio Tinto	09/09/2021	Trabalho designado
Bartolomeu de Souza Interaminense	3347	Requisitado	Monteiro, Princesa Isabel, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Teixeira e Água Branca	08,09 e 10/09/2021	Trabalho designado
Itatyane Cavalcanti da Silva	3319	Analista Judiciário-Esp. Assistente Social	Itabaiana	09/09/2021	Trabalho designado
José Alberto R. da Silva	3343	Requisitado	Mamanguape	02/09/2021	Trabalho designado
José de Arimatéia da Luz	3351	Requisitado	Pedras de Fogo	13,14,15,16 e 17/09/2021	Trabalho designado
José Heronides S. Borges	3359	Técnico Judiciário	Pedras de Fogo	13,14,15,16 e 17/09/2021	Trabalho designado
José Irineu F. do Nascimneto	3357	Requisitado	Alagoa Grande, Areia, Jacaraú, Mamanguape, Remígio e Rio Tinto	08 e 09/09/2021	Trabalho designado
José Irineu F. do Nascimneto	3558	Requisitado	Alagoa Nova, Ingá, Itabaiana e Pocinhos	10/09/2021	Trabalho designado
José Sandro B. de Moraes	3327	Requisitado	Imaculada, Pombal e Teixeira	03,04 e 05/09/2021	Trabalho designado
Klébia Glene Garrido de S. Batista Freire	3329	Oficial de Justiça	Teixeira	02/09/2021	Trabalho designado
Lamartine Neves da Silva	3361	Chefe da Seção de Informat. Comunic. e Pesquisa	Alahndra e Pedras de Fogo	10/09/2021	Trabalho designado
Luiz Fabiano Alves	3352	Requisitado	Pedras de Fogo	13,14,15,16 e 17/09/2021	Trabalho designado
Marcelo César Soares	3346	Auxiliar Judiciário	Alagoa Grande, Areia, Remígio e Sapé	08/09/2021	Trabalho designado
Marcelo César Soares	3348	Auxiliar Judiciário	Alagoa Nova, Ingá, Itabaiana e Pocinhos	10/09/2021	Trabalho designado
Otávio Luiz de Araújo	3315	Requisitado	Algodão de Jandáira, Areial, Esperança e Queimadas	31/08; 01,02 e 03/09/2021	Trabalho designado
Ozana de Andrade Soares	3362	Técnico Judiciário	João Pessoa	04/06/2021	Trabalho designado

Gabinete da Diretoria de Economia e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de setembro de 2021. **IZABEL VICENTE IZIDORO DA NÓBREGA** - Diretora de Economia e Finanças.



- 00018** Processo: 0011125-28.2013.815.2002 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: MICHELL SANTOS DA SILVA **ADVOGADO: 009757PB EDNILSON SIQUEIRA PAIVA**. REU: MICHELLE SANTOS ARAUJO **ADVOGADO: 009757PB EDNILSON SIQUEIRA PAIVA**. REU: TAMIRYS SILVA DOS SANTOS Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00019** Processo: 0011565-24.2013.815.2002 - PROCEDIMENTO ESPECIAL INDICIADO: AMILTON ARAUJO DOS SANTOS Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00020** Processo: 0018865-66.2015.815.2002 - PROCEDIMENTO ESPECIAL INDICIADO: MERCIA FERREIRA RODRIGUES **ADVOGADO: 008431PB CYNTHIA DENISE SILVA CORDEIRO**. INDICIADO: VALDECIR SANTOS DA SILVA **ADVOGADO: 008431PB CYNTHIA DENISE SILVA CORDEIRO**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

CAMPINA GRANDE

- 9A VARA CIVIL DE CAMPINA GRANDE NF 001/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00021** Processo: 0028259-27.2013.815.0011 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MERCIA AZEVEDO NEPOMUCENO DINIZ **ADVOGADO: 015649PB GUILHERME OLIVEIRA SA**. REU: BV FINANCEIRA S/A Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 10A VARA CIVIL DE CAMPINA GRANDE NF 004/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00022** Processo: 0023264-68.2013.815.0011 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: JOSICLEBER MARINHO MENDES **ADVOGADO: 014746PB ALBERTO QUARESMAS JUNIOR**. REU: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA **ADVOGADO: 036467PB FERNANDO ABAGGE BENGHI , 012513PB THIAGO CARTAXO PATRIOTA**. REU: DISNOVE PARAIBA VEICULOS LTDA **ADVOGADO: 028013PE VIVAN GOMES PRIMO , 030965PE ANDRE LUIZ GALINDO DE CARVALHO**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 3A VARA DE FAMILIA DE CAMPINA GRANDE NF 015/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00023** Processo: 0003686-22.2013.815.0011 - DIVORCIO CONSENSUAL AUTOR: I. F. M. **ADVOGADO: 020399PB TAISA SOUZA MARTINS**. Despacho: Intime-se/Concedo vista dos autos, prazo de 05 dias. intime-se. Campina Grande 09/09/2021. Dra. Rosimeire Ventura Leite, Juiza de Direito.
- 3A VARA CRIMINAL DE CAMPINA GRANDE NF 011/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00024** Processo: 0012723-63.2019.815.0011 - CARTA PRECATORIA CRI REU: SEVERINO MACIEL DA SILVA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

AGUA BRANCA

- VARA UNICA DE AGUA BRANCA NF 021/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00025** Processo: 0000060-91.2008.815.0941 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ANTONIETA MARIA DE SOUSA RAMOS **ADVOGADO: 024902PB JOSEILDO RODRIGUES DE MEDEIROS**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

ALAGOA GRANDE

- VARA UNICA DE ALAGOA GRANDE NF 007/06** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00026** Processo: 0000247-36.1996.815.0031 - EXECUCAO FISCAL AUTOR: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL **ADVOGADO: 007186PB EMERI PACHECO MOTA**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- VARA UNICA DE ALAGOA GRANDE NF 007/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00027** Processo: 0000020-75.1998.815.0031 - EXECUCAO FISCAL AUTOR: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00028** Processo: 0000022-45.1998.815.0031 - EXECUCAO FISCAL AUTOR: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00029** Processo: 0000339-77.1997.815.0031 - EXECUCAO FISCAL AUTOR: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL **ADVOGADO: 006650PB MARCIO REGIS GOMES DE SOUZA**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

BELEM

- VARA UNICA DA COMARCA DE BELEM NF 029/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00030** Processo: 0000035-11.2020.815.0601 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: ANDERSON SANTOS DA SILVA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

CAAPORA

- VARA UNICA DA COMARCA DA CAAPORA NF 100/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00031** Processo: 0000088-20.2019.815.0021 - INQUERITO POLICIAL VITIMA: LIDIANE MARIA SERAFIM Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

CAJAZEIRAS

- 1A. VARA DE CAJAZEIRAS NF 022/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00032** Processo: 0003086-58.2015.815.0131 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO VITIMA: LUIZ GOMES Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

CATOLE DO ROCHA

- 3A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 001/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00033** Processo: 0000796-79.2011.815.0141 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: PAULO ROBERTO DE SOUSA **ADVOGADO: 015823PB LAURO ROSADO DE OLIVEIRA**. REU: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

COREMAS

- VARA UNICA DA COMARCA DE COREMAS NF 005/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00034** Processo: 0000231-92.2006.815.0561 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: DANIEL PIRES DOS SANTOS **ADVOGADO: 010842PB JOSE LAEDSON ANDRADE SILVA**. REU: SAELPA SOCIEDADE ANONIMA DE ELETRIFICACAO DA PARAIBA **ADVOGADO: 013078PB RICARDO COSTA E SOUZA , 020111PB SAMUEL MARQUES , 020111PB SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

ESPERANCA

- 1A. VARA DE ESPERANCA NF 030/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00035** Processo: 0001948-96.2016.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: JOSINEIDE GALDINO DE ARAUJO **ADVOGADO: 009821PB LUIZ BRUNO VELOSO LUCENA**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

GUARABIRA

- 2A. VARA DE GUARABIRA NF 053/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00036** Processo: 0000127-27.2016.815.0181 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: ELIETE ALVES MOREIRAREU: PATRICIA MOREIRA JARDIM **ADVOGADO: 003149PB CICERO DE LIMA E SOUSA**. VITIMA: LOJA TELL PASSO Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00037** Processo: 0000987-91.2017.815.0181 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: MAURICIO SILVA SOUZA **ADVOGADO: 017073PB DIEGO WAGNER PAULINO COUTINHO PEREIRA , 020967PB GEORGE ANTONIO PAULINO C. PEREIRA**. VITIMA: DIOGO DE ALMEIDA SILVA SOUZA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00038** Processo: 0001777-07.2019.815.0181 - PEDIDO DE QUEBRA DE REU: A. C. S. REU: F. J. S. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00039** Processo: 0096562-63.2016.815.0181 - BOLETIM DE OCORRENCIA ADOLESC AUTOR DO ATO: M. F. O. ADOLESC AUTOR DO ATO: F. S. S. VITIMA: L. M. M. M. VITIMA: M. J. F. M. VITIMA: I. S. A. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 4A. VARA DE GUARABIRA NF 024/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00040** Processo: 0002603-77.2016.815.0181 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARCOS ANTONIO PEREIRA DAS NAVES **ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA**. REU: MUNICIPIO DE CUITEGI PB **ADVOGADO: 010492PB ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNCAO**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00041** Processo: 0008863-73.2012.815.0181 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA DAS GRACAS SIMPLICIO DOS SANTOS **ADVOGADO: 004007PB MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA**. REU: MUNICIPIO DE PILOES **ADVOGADO: 018400PB ADILSON ALVES DA COSTA**. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GUARABIRA NF 008/21 (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).

- 00042** Processo: 0001663-68.2019.815.0181 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: R. P. C. **ADVOGADO: 016693PB PAULO ROBERTO DIAS CARDOSO , 016068PB RAPHAEL CORREIA GOMES RAMALHO DINIZ**. VITIMA: R. W. S. O. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00043** Processo: 0001732-03.2019.815.0181 - INQUERITO POLICIAL AUTOR DO FATO/JZ ESP: R. P. C. VITIMA: F. S. N. VITIMA: R. W. S. O. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00044** Processo: 0002329-69.2019.815.0181 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: ADAILTON FABRICIO DA SILVA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00045** Processo: 0002343-53.2019.815.0181 - INQUERITO POLICIAL AUTOR DO FATO/JZ ESP: ADAILTON FABRICIO DA SILVA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

ITABAIANA

- 2A. VARA DE ITABAIANA NF 072/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00046** Processo: 0001124-94.2013.815.0381 - AÇÃO CIVIL PUBLICA AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARAIBA REU: MUNICIPIO ITABAIANA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

MONTEIRO

- 1A. VARA DE MONTEIRO NF 112/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00047** Processo: 0000126-17.2020.815.0241 - CARTA PRECATORIA CRI REU: CARLOS SERGIO TRAJANO DA SILVATEST. PRECATORIA: CLEUDO FERREIRA CALDEIRA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00048** Processo: 0000874-93.2013.815.0241 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: THIAGO FEITOSA MACIEL Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 1A. VARA DE MONTEIRO NF 122/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00049** Processo: 0001216-94.2019.815.0241 - AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO REU: FABIANO DE MARIA Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

- 2A. VARA DE MONTEIRO NF 034/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00050** Processo: 0001715-64.2008.815.0241 - EMBARGOS A EXECUCAO AUTOR: MUNICIPIO DE MONTEIRO **ADVOGADO: 005368PB SERGIO PETRONIO BEZERRA DE AQUINO**. REU: MARIA DO SOCORRO FERREIRA BATISTA **ADVOGADO: 012128PB JOELNA FIGUEIREDO , 008378PB JORGE LUIZ CAMILO DA SILVA**. Sentença: Intime-se as partes do inteiro da sentença de fl. 48, que extinguiu a fase executiva e o processo como um todo.

- 2A. VARA DE MONTEIRO NF 035/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00051** Processo: 0002214-14.2009.815.0241 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A **ADVOGADO: 015477PB SUELIO MOREIRA TORRES**. Despacho: Intime-seo reu para fins de coleta de alvara de levantamento em cartorio destaVara, no prazo de cinco dias.

POCINHOS

- VARA UNICA DE POCINHOS NF 035/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00052** Processo: 0000021-47.2019.815.0541 - INQUERITO POLICIAL INDICIADO: FERNANDO DO OATO Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00053** Processo: 0000058-45.2017.815.0541 - TERMO CIRCUNSTANCIAD AUTOR DO FATO/JZ ESP: ERIVALDO CANDIDO DOS SANTOS Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00054** Processo: 0000076-66.2017.815.0541 - INQUERITO POLICIAL INDICIADO: EDMILSON ALVES DOS REIS FILHO Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00055** Processo: 0000186-31.2018.815.0541 - RELATORIO DE INVESTI ADOLESC AUTOR DO ATO: R. S. S. VITIMA: S. G. S. Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00056** Processo: 0000365-96.2017.815.0541 - INQUERITO POLICIAL INDICIADO: LAELSON PEREIRA DOS SANTOS VITIMA: GUILHERME DE SOUSA LEODELGARIO VITIMA: GUSTAVO DE SOUSA LEODELGARIO Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018
- 00057** Processo: 0000498-22.2009.815.0541 - INQUERITO POLICIAL VITIMA: ORLANEIDE DA CONCEICAO Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

POMBAL

- 2A. VARA DE POMBAL NF 059/21** (Paragrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00058** Processo: 0000771-27.2018.815.0301 - INQUERITO POLICIAL INDICIADO: TALEAS ANDERSON DA SILVA SOUSA INDICIADO: JORGE HENRIQUE DOS SANTOS FERNANDES INDICIADO: JOAO ANTONIO AVELINO FAUSTINO INDICIADO: GUILHERME DOS SANTOS RODRIGUES Ato Ordinatório: Iniciado o procedimento de migração dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência. 50/2018

QUEIMADAS

- 2A. VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS NF 001/21** (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00059** Processo: 0000108-80.2015.815.0981 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: BANCO DO BRASIL S/A



ADVOGADO: 020412A SERVIO TULIO DE BARCELOS , 020832A JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA. Despacho: Intime-se DO DEFERIMENTO DA PETIÇÃO QUANTO A EXTRAÇÃO DE CÓPIAS

UMBUZEIRO

- VARA UNICA DE UMBUZEIRO NF 005/21** (Parágrafo 2o. do Art.370 do CPP.Com redacao da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00060** Processo: 0000014-97.2013.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI REU: DIEGO DE OLIVEIRAVITIMA: ANTONIO DA SILVAREU: EVERTON DIAS DE FRANCAAta Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00061** Processo: 0000041-46.2014.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI REU: ANTONIO ALVES DA SILVA FILHOVITIMA: MARIA CRISTINA AGUSTINHO DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00062** Processo: 0000044-60.1998.815.0401 - ACAO PENAL DE COMPET REU: JOSE BALBINO DE SOUZAVITIMA: VALDEILSON RICARDO DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00063** Processo: 0000048-97.1998.815.0401 - ACAO PENAL DE COMPET REU: LUIZ GOMES DE ARAUJOAta Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00064** Processo: 0000666-56.2009.815.0401 - INSANIDADE MENTAL DO REU: JOSE ARAUJO DA SILVA **ADVOGADO: 005882PB LEDA MARIA DA SILVA.** Ata Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00065** Processo: 0000719-03.2010.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI REU: PAULO CESAR DA SILVAVITIMA: ADEILDO ALEXANDRE DO NASCIMENTOAta Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00066** Processo: 0000801-29.2013.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI INDICIADO: IVALDO GERALDO DA SILVAVITIMA: JOSIELE SOUZA CAVALCANTE RIBEIROAta Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00067** Processo: 0000809-40.2012.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI AUTOR DO FATO/JZ ESP: JOSE SEVERINO GOMESVITIMA: JOSE RONALDO RODRIGUES DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00068** Processo: 0000892-22.2013.815.0401 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: DIEGO DE OLIVEIRAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00069** Processo: 0000893-07.2013.815.0401 - MEDIDAS PROTETIVAS D REU: ANTONIO ALVES FILHO DA SILVAVITIMA: MARIA CRISTINA AGUSTINHO DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00070** Processo: 0000969-07.2008.815.0401 - CRIMES AMBIENTAIS REU: JUAREZ DO NASCIMENTO **ADVOGADO: 004709PB ADEMAR ALMEIDA BEZERRA.** INDICIADO: ANTONIO PEREIRA DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00071** Processo: 0001175-84.2009.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI INDICIADO: JOSE FRANCISCO BEZERRAVITIMA: LAURINETE DOS SANTOS VIEIRAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00072** Processo: 0001206-46.2005.815.0401 - ACAO PENAL - PROCEDI REU: RONALDO MENDONCA DA SILVA **ADVOGADO: 005882PB LEDA MARIA DA SILVA.** Ata Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00073** Processo: 0001207-31.2005.815.0401 - ACAO PENAL DE COMPET REU: JOSE ARAUJO DA SILVA **ADVOGADO: 005882PB LEDA MARIA DA SILVA.** Ata Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018
- 00074** Processo: 0001208-16.2005.815.0401 - AUTO DE PRISAO EM FL REU: JOSE ARAUJO DA SILVAAto Ordinatório: Iniciado o procedimento de migracao dos autos para oPJe - Processo Judicial Eletronico, nos termos do Ato da Presidencia. 50/2018.



EDITAIS

EDITAIS DE PROCLAMAS

EDITAL DE PROCLAMAS DO 4º CARTORIO – ALCÂNTARA BRITO. Faça saber a quem possa interessar que pretendem se casar: GERALDO MOURA RAMOS FILHO & MARIÂNGELA CARDOSO BEZERRA. Quem quiser opor qualquer impedimento, que os faça em tempo hábil e na forma da Lei, João Pessoa, 10 de setembro de 2021. Maria de Lourdes Alcântara Brito Wanderley. Oficial, o digitei. Contato: (083) 3242-6713.

EDITAL DE PROCLAMAS – 5ª SERVIÇO REGISTRAL SANTOS OLIVEIRA. Faça saber que pretendem se casar: **MÁRCIO GEORGE GOMES DA COSTA E ANA FLÁVIA FELIPE GUIMARÃES.** Quem quiser opor qualquer impedimento, que os faça em tempo hábil, e na forma da lei. João Pessoa/PB, (83) 3185-6400, 10 de setembro de 2021. Thaysa Raquel Oliveira Fernandes. Oficiala Substituta, o digitei.

EDITAL DE PROCLAMAS – 5ª SERVIÇO REGISTRAL SANTOS OLIVEIRA. Faça saber que pretendem se casar: **CLEMILTON REIS DE MORAIS E ALINE ANDRADE DE CARVALHO.** Quem quiser opor qualquer impedimento, que os faça em tempo hábil, e na forma da lei. João Pessoa/PB, (83) 3185-6400, 10 de setembro de 2021. Thaysa Raquel Oliveira Fernandes. Oficiala Substituta, o digitei.

PIANCÓ

COMARCA DE PIANCÓ/PB - 1ª VARA MISTA - EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO E DE INTIMAÇÃO. O MM Juiz de Direito da Vara supra, Dr.º **PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS**, em virtude da Lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa, que, o **Leiloeiro Oficial, Sr. Miguel Alexandrino Monteiro Neto, credenciado junto ao TJPB e JUCEP nº 012, levará a HASTA PÚBLICA, na modalidade ELETRÔNICA, no dia 14 de outubro de 2021, a partir das 08h:00min, através do site www.leiloesmonteiro.com.br, o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos de Nº. 0000649-13.2013.8.15.0261**, em que é, Exequente **IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE** e Executado(s) **ANANIAS HILARIO SOUZA**, pelo maior lance oferecido, não inferior ao valor da avaliação em primeira praça. **BEM(NS):** 01 (um) carro de marca Ford (PAMPA) de cor prata, ano fabricação 1991, placa MMO-8931, em bom estado de funcionamento e conservação. **AVALIAÇÃO:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em 27 de janeiro de 2021. **DEPOSITARIO:** ANANIAS HILARIO SOUZA. **LOCALIZAÇÃO DO BEM:** Rua Ernani Sátiro, S/N, Centro, Piancó/PB - CEP: 58765-000 **ÔNUS:** Eventuais ônus no Detran. **VALOR DA DÍVIDA:** R\$ 4.753,20 (quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos) em 08 de março de 2013. Outrossim, caso não haja licitantes na 1ª Praça, fica designado desde já, o dia **14 de outubro de 2021, a partir das 08h:30min**, no mesmo local acima descrito, para realização da 2ª Praça, caso em que o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) a quem mais der, não sendo aceito, entretanto, preço vil, compreendido este o valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço da avaliação. Se não houver expediente forense na data designada, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente. **ÔNUS DO LEILÃO:** (1) Comissão do Leiloeiro: a) 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante, importância a ser paga no ato da arrematação; b) 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, no caso de adjudicação, a ser paga pelo adjudicante; c) 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, no caso de cancelamento do leilão, a ser paga pela parte que injustificadamente o motivou; d) 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, no caso de acordo judicial ou extrajudicial, pago por quem o acordo estabelecer ou, em não havendo cláusula expressa, por ambas as partes. **ADVERTÊNCIA:** 01) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça estadual e/ ou leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles bens arrematados. Será ainda atribuição dos licitantes/ arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição dos bens deverá ser dirimida no ato do leilão; poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação; 02) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente; dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893 do CPC. 2015). 03) Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou. **DAS DÍVIDAS DOS BENS:** 01) No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais não serão transferidas para o arrematante, que arcará apenas com eventuais despesas e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como: foros, laudêmios, ITBI e despesas cartorárias; 02) No caso de automóveis, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA, seguro obrigatório, taxa de bombeiros ou multas pendentes, eventualmente existentes, anteriores a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior, sendo desnecessária a emissão de nota fiscal e o recolhimento de ICMS para fins de transferência de propriedade junto ao DETRAN; 03) Quanto aos demais bens, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante; 04) Dívidas

sobre os débitos ou ônus existentes quanto a determinado bem podem ser esclarecidas na Secretaria da Vara ou com o Leiloeiro Oficial. **CONDIÇÕES DA ARREMATÇÃO/FORMAS DE PAGAMENTO:** A arrematação será feita pela melhor oferta, mediante pagamento à vista (art. 892 do NCPC/2015) ou em caso de imóveis, em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, sendo que o arrematante deverá pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada. Ao valor de cada parcela, será acrescido de índice de correção monetária, garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem, no caso de imóveis. No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda da caução em favor do exequente, e a comissão do leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **OBS.:** O lance à vista terá preferência sobre o lance a prazo, bastando o lance à vista igualar-se ao último a prazo ofertado durante o leilão, o que não interfere na continuidade da disputa. **ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS:** Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns) deverá ofertar lances pela Internet através do sítio **www.leiloesmonteiro.com.br**, devendo, para tanto, os interessados efetuar cadastramento prévio, enviar toda a documentação exigida pelo site e logo após a conferência da documentação e aprovação pelo setor jurídico, o mesmo deverá solicitar habilitação, no prazo máximo de até 24 horas de antecedência do leilão, confirmar os lances participar das disputas e em sendo vencedor, recolher a quantia respectiva, para fins de lavratura do termo próprio, ficando cientes de que os arrematantes deverão depositar à disposição do Juízo o valor total da arrematação ou em caso de parcelamento 25%, via depósito Judicial, no momento da arrematação ou no prazo máximo de 24 horas, a partir do encerramento do leilão. Ficam intimados pelo presente Edital desde logo o Executado(s) **ANANIAS HILARIO SOUZA** e seu(a)(s) cônjuge(s), bem como os fiel(is) depositário(s); credores hipotecários/fiduciários, fiel(s) depositário(s), procuradores, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de imóvel e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, que por ventura não tenha sido encontrado para a intimação pessoal, acerca do Leilão designado, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do bem, poderá remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/ 2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Piancó/PB, aos 23 de julho de 2021. **PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS - Juiz de Direito.**

COMARCA DE PIANCÓ/PB - 1ª VARA MISTA - EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO E DE INTIMAÇÃO. O MM Juiz de Direito da Vara supra, Dr.º **PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS**, em virtude da Lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem ou a quem interessar possa, que, o **Leiloeiro Oficial, Sr. Miguel Alexandrino Monteiro Neto, credenciado junto ao TJPB e JUCEP nº 012, levará a HASTA PÚBLICA, na modalidade ELETRÔNICA, no dia 14 de outubro de 2021, a partir das 08h:00min, através do site www.leiloesmonteiro.com.br, o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos de Nº. 0000009-44.2012.8.15.0261**, em que é, Exequente **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A** e Executado(s) **ESPÓLIO DE JOSÉ LEITE GUIMARÃES e DAMIANA CLEMENTINO LEITE**, pelo maior lance oferecido, não inferior ao valor da avaliação em primeira praça. **BEM(NS):** 01 (uma) propriedade denominada Riacho do Limão, com 85,0 hectares de dimensões, título de domínio Escritura Pública de Convenção de Limites, registrada no livro 2-H, às fls. 255, sob o número AV2 - 1.744, datado de 23/04/1997, no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Piancó/PB. **AVALIAÇÃO:** R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) em 01 de setembro de 2020. **DEPOSITÁRIO:** SEBASTIÃO LEITE GUIMARÃES. **LOCALIZAÇÃO DO BEM:** Sítio Riacho do Limão, S/N, Zona Rural, Olho D'água **ÔNUS:** Consta Hipoteca em favor do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, e outros eventuais ônus constantes na matrícula imobiliária. **VALOR DA DÍVIDA:** R\$ 108.878,02 (cento e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos) em 25 de janeiro de 2012. Outrossim, caso não haja licitantes na 1ª Praça, fica designado desde já, o dia **14 de outubro de 2021, a partir das 08h:30min**, no mesmo local acima descrito, para realização da 2ª Praça, caso em que o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) a quem mais der, não sendo aceito, entretanto, preço vil, compreendido este o valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço da avaliação. Se não houver expediente forense na data designada, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente. **ÔNUS DO LEILÃO:** (1) Comissão do Leiloeiro: a) 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante, importância a ser paga no ato da arrematação. **ADVERTÊNCIA:** 01) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça estadual e/ ou leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles bens arrematados. Será ainda atribuição dos licitantes/arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição dos bens deverá ser dirimida no ato do leilão; poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação; 02) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente; dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893 do CPC. 2015). 03) Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou. **DAS DÍVIDAS DOS BENS:** 01) No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais não serão transferidas para o arrematante, que arcará apenas com eventuais despesas e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como: foros, laudêmios, ITBI e despesas cartorárias; 02) No caso de automóveis, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA, seguro obrigatório, taxa de bombeiros ou multas pendentes, eventualmente existentes, anteriores a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior, sendo desnecessária a emissão de nota fiscal e o recolhimento de ICMS para fins de transferência de propriedade junto ao DETRAN; 03) Quanto aos demais bens, todas as dívidas e ônus não serão transferidos ao arrematante; 04) Dívidas